



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640083 - MG (2021/0012946-0)

RELATOR	: MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE	: ROGERIO INACIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ROGÉRIO INÁCIO DE OLIVEIRA - MG077527
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: GABRIEL FERNANDES ROMAO (PRESO)
PACIENTE	: MIRIAN MEDALHA MOREIRA ROMAO (PRESO)
OUTRO NOME	: MIRIAN MEDALHA MOREIRA (PRESO)
PACIENTE	: CAROLLINE FERNANDES DIAS (PRESO)
PACIENTE	: MATHEUS DE SANTANA COELHO (PRESO)
CORRÉU	: CLEDSON COELHO
CORRÉU	: GILBERTO MEIRA DA SILVA
CORRÉU	: KELLY CRISTINA ARAUJO
CORRÉU	: HAISLA OLIVEIRA ALVES DE CASTRO
CORRÉU	: KELVY COELHO
CORRÉU	: KELSON COELHO
CORRÉU	: ELAINE MARIA DA SILVA COELHO
CORRÉU	: GUSTAVO MENDES MOURA
CORRÉU	: LAURA SILVA COELHO
CORRÉU	: VITOR WILSON BATISTA RODRIGUES
CORRÉU	: CLENIO SERGIO DE ANDRADE
CORRÉU	: ELIANE DOS REIS MARTINS ROSA
CORRÉU	: PAULO MARCELO DA SILVA JUNIOR
CORRÉU	: ROSEANE TRINDADE DIAS DA SILVA
CORRÉU	: ARIANNE MAIRA DE OLIVEIRA SANTOS
CORRÉU	: CRISTIANE PESSOA
CORRÉU	: VIVIANI CRISTINA DE AGUIAR VELOZO
CORRÉU	: ROSELAINÉ MACIEL DA SILVA
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor GABRIEL FERNANDES ROMÃO; MIRIAN MEDALHA MOREIRA; CAROLLINE FERNANDES DIAS e MATHEUS DE SANTANA COELHO, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.604482-8/000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente e denunciados pelo suposto cometimento das condutas descritas nos art. 273, §1º, "b", incisos I e V, do Código Penal; no art. 1º, caput e § 4º, da Lei n. 9.613/98 e no art. 22 da Lei n. 12.850/13.

Alega o impetrante a ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa, na medida em que os pacientes estão presos cautelarmente desde 29.09.2020, sem que a instrução criminal tenha se iniciado. Sustenta que o decreto de prisão não foi revisto em 90 dias. Defende que não existe prova de que os pacientes tivessem conhecimento de que os produtos objetos da investigação seriam irregulares junto à ANVISA.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem pra relaxar a prisão dos pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça, especialmente quando, a exemplo deste caso, não encontra-se patente a alegada ilegalidade, uma vez que da decisão do TJMG (fls. 22-24) se extrai:

"Verifica-se, d.m.v., que não estão presentes os pressupostos autorizadores da medida liminar requerida, sendo certo que a concessão de tutela urgente, ainda em sede de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante do fumus boni iuris e do periculum in mora e, no caso concreto, não se evidencia, estreme de dúvidas, a plausibilidade do direito vindicado, o que desautoriza este Relator Plantonista, de forma prematura, a desconstituir o ato impugnado, que não se mostra, prima facie, desarrazoado ou carente de fundamentação, não obstante as razões lançadas pelo impetrante quanto à possibilidade de deferimento do pedido."

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência